

Racionalidade, educação e sofrimento psíquico: a pandemia da covid-19 como marco temporal

Helga Caroline Peres

Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória


Luiz Roberto Gomes

Antônio Álvaro Soares Zuin

Helga Caroline Peres

Universidad Estadual Paulista, UNESP,
Araraquara, SP, Brasil


E-mail: helgacperes@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4878-138X>

Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória

Universidad Estadual Paulista, UNESP,
Araraquara, SP, Brasil


E-mail: calmon.nabuco@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9870-5687>

Luiz Roberto Gomes

Universidade Federal de São Carlos,
UFSCar, SP, Brasil


E-mail: luizrgomes@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8867-7897>

Antônio Álvaro Soares Zuin

Universidade Federal de São Carlos,
UFSCar, SP, Brasil

E-mail: dazu@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6850-2897>

Resumo

O presente artigo aborda o modo como as características pregnantes da racionalidade atual vêm consubstanciar a tese sustentada por T. W. Adorno e M. Horkheimer segundo a qual o desenvolvimento histórico da civilização cobra, inexoravelmente, o preço da entronização do sacrifício humano. À medida que se desenvolve, a racionalidade mesma, vertida em novos dispositivos de controle ancorados nas tecnologias digitais, engendra uma nova sintomatologia. Ansiedade, depressão, medo, estresse figuram como sintomas que se manifestam, de modo crescente, em largos contingentes humanos distribuídos por diversas regiões do planeta. Nesse sentido, a pandemia da covid-19, em seu período mais crítico, 2020–2021, figura aqui como um marco temporal a partir do qual esses sintomas se tornaram, senão mais explícitos, ao menos mais intensos, em decorrência das medidas protetivas de confinamento.

Palavras-chave: Educação. Racionalidade. Covid-19.

Recebido em: 11/10/2023

Aprovado em: 19/02/2024



Abstract**Rationality, education and psychological suffering: COVID-19 pandemic as a time frame****Keywords:**

Education.
Rationality.
COVID-19.

This article considers the thesis discussed by T. W. Adorno and M. Horkheimer which the way of the modern rationality is an “introversion of sacrifice”. That thesis presupposes that the path of the historical development of civilization requires the deepening of human sacrifice as a price to pay. As it develops, the rationality itself poured into new control devices anchored in digital technologies engenders a new symptomatology. Anxiety, depression, fear, stress are symptoms that are increasingly manifested in large human contingents spread across different regions of the planet. In this sense, the Covid-19 pandemic, in its most critical period, 2020 – 2021, appears as a time frame from which these symptoms became, if not more explicit, at least more intense because of protective confinement measures.

Resumen**Racionalidad, educación y sufrimiento psicológico: la pandemia de la COVID-19 como marco temporal****Palabras- clave:**

Educación.
Racionalidad.
COVID-19.

Este artículo aborda cómo las características fecundas de la racionalidad actual vienen a sustanciar una de las tesis sostenida por T. W. Adorno y M. Horkheimer según la cual, el devenir histórico de la civilización cobra inexorablemente el precio de la entronización del sacrificio humano. A medida que se desarrolla, la propia racionalidad vertida en nuevos dispositivos de control anclados en tecnologías digitales engendra una nueva sintomatología. La ansiedad, la depresión, el miedo, el estrés son síntomas que se manifiestan cada vez más en grandes contingentes humanos distribuidos en diferentes regiones del planeta. En este sentido, la pandemia de la Covid-19, en su periodo más crítico, 2020-2021, figura aquí como un marco temporal a partir del cual estos síntomas se hicieron, si no más explícitos, al menos más intensos como consecuencia de las medidas protectoras de confinamiento.

Introdução

O presente artigo¹ aborda o modo como as características pregnantes da racionalidade atual vêm consubstanciar uma das teses sustentadas por T. W. Adorno e M. Horkheimer segundo a qual o desenvolvimento histórico da civilização, cobra, inexoravelmente, o preço da entronização do sacrifício humano. À medida em que se desenvolve, a racionalidade mesma vertida em novos dispositivos de controle ancorados nas tecnologias digitais engendra uma nova sintomatologia. Ansiedade, depressão, medo, estresse figuram como sintomas que se manifestam, de modo crescente, em largos contingentes humanos distribuídos por diversas regiões do planeta. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19, em seu período mais crítico, 2020 – 2021, figura aqui como um marco temporal a partir do qual esses sintomas se tornaram, senão mais explícitos, ao menos mais intensos em decorrência das medidas protetivas de confinamento. Dentre as práticas sociais cotidianas, o ensino remoto emergencial figura aqui como *locus* de intersecção entre a utilização exacerbada de aparelhos eletrônicos e a produção intensificada de tais sintomas, já sob a égide de uma racionalidade característica do neoliberalismo contemporâneo.

Parece não restar dúvidas entre os pesquisadores da área da saúde quanto ao fato de que houve um significativo recrudescimento do sofrimento mental da população planetária em geral, e dos atores vinculados aos processos educacionais, em particular, durante a pandemia da Covid-19. As medidas protetivas adotadas em diversos países conforme as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), com destaque para o isolamento social, produziram e/ou intensificaram diversas formas de sofrimento psicológico (Freitas et al., 2019).

De outra parte, os procedimentos tecnológicos adotados por inúmeros estabelecimentos de ensino com o intuito de viabilizar o ensino remoto emergencial (ERE) durante o período pandêmico contribuíram, consideravelmente, para elevar o nível de estresse no cotidiano das populações atingidas ao redor do mundo. Estudos realizados em diversos países trazem dados significativos considerando as especificidades de cada localidade. Tais pesquisas apontam, em termos gerais, que a experiência da pandemia e das adaptações ao isolamento social e ao ERE foi majoritariamente demarcada por sintomas como a prevalência de ideação suicida; depressão; desordens obsessivo-compulsivas; desordens alimentares e o medo e a dificuldade de socialização *online*.

¹ Este artigo é parte de um projeto de pesquisa subvencionado pela FAPESP em parceria com a ONU acerca das condições da educação a partir do ensino remoto emergencial (ERE) durante o período de confinamento social em diferentes países, com o objetivo de subsidiar a definição de políticas públicas.

Vê-se, então, em que medida o período mais crítico da pandemia, 2020-2021², caracterizado pela associação dos dois fatores antes mencionados – adoção de medidas protetivas e utilização intensificada de procedimentos tecnológicos –, redundou num elevado índice do sofrimento mental de estudantes, professores, funcionários e familiares. Sintomas como os de medo, ansiedade, depressão e estresse sentidos em relação à possibilidade de perda do emprego e de exposição ao vírus, acrescidos da sobrecarga de trabalho confinado a um mesmo espaço, doméstico na maioria dos casos, e, ainda, do temor de fracassar nos estudos de modo a prolongar o ingresso no mercado de trabalho, sentido sobretudo por parte dos contingentes populacionais jovens de menor renda, contribuíram substancialmente para piora do estado psicológico dessas parcelas da população.

No entanto, não se deve desconsiderar o fato de que muitos dos fatores desencadeadores de tais sintomas, já se faziam presentes no cenário educacional antes mesmo do período pandêmico, como apontam as pesquisas de Troitinho et al. (2021), Pádua Lima et al. (2022), e Júnior e Henderson (2021). E, no que tange à utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nos processos de ensino-aprendizagem, estudos comparativos entre o período pandêmico e pré-pandêmico apontam para a intensificação da presença de estressores específicos, tais como a perda da capacidade laborativa e a dificuldade do restabelecimento da rotina (Júnior e Henderson, 2021); mudanças na rotina e afastamento da rede socioafetiva; uso prolongado de telas; mídia e informações contrárias à ciência; e dificuldades socioeconômicas (Carvalho e Silveira, 2021).

Uma vez constatado que, em decorrência da pandemia, as formas de sofrimento psíquico já presentes na contemporaneidade foram em grande medida agravadas quantitativa, e, quiçá, qualitativamente, afetando de modo particular as populações estudantis; e, uma vez identificado o conjunto de sintomas presentes nos estudos empíricos e de revisões bibliográficas na área da saúde, buscaremos deslindar alguns aspectos constitutivos, em termos sócio-históricos da sintomatologia apresentada.

Uma nova racionalidade?

Começemos perscrutando os contornos da racionalidade que permeia o conjunto das relações sociais nas quatro últimas décadas. Os anos oitenta marcaram uma guinada político-econômica que P. Dardot e C. Laval (2016) denominaram “a nova razão do mundo”. Na Europa, o estado de bem-estar social já deficitário, foi, paulatinamente, sucumbindo às medidas políticas de cunho neoliberal e conservador, a um só tempo. Tais políticas pretenderam ser uma resposta à crise do regime fordista de acumulação

²Vale destacar que nos meses de abril/maio de 2021, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa, o Brasil ultrapassou a marca das 4 mil mortes diárias pela Covid-19. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia>. Acesso: 21/01/2023.

capitalista. Mas, o que nos importa, tendo em vista os nossos propósitos, são os dispositivos³ mediante os quais as políticas neoliberais se tornaram dominantes, a despeito de todas as mazelas humanas e socioambientais que produziram, e que continuam a produzir.

Uma racionalidade distinta, arquitetada sob novas formas contratuais, e contando com dispositivos de controle inauditos configurou-se, paulatinamente, de modo a remodelar todas as instituições sociais – do estado à família –, e, sobretudo, a economia psíquica dos sujeitos individuais. Isto numa ambiência caracterizada fundamentalmente por um aumento exacerbado da competitividade, conjugada à erosão das garantias legais de seguridade social, então existentes. O impacto psicossocial dessa racionalidade sobre os sujeitos, foi identificado pelo psicanalista francês C. Melman (2003) sob a denominação de uma “nova economia psíquica” (NEP).

Dardot e Laval (2016), por seu turno, revelaram como, ao tomar a dianteira no processo de acumulação capitalista, o mercado financeiro favoreceu o estabelecimento de uma nova ordenação internacional, tecnologicamente ancorada, como a contraface, supostamente positiva, das consequências malélicas decorrentes da propalada “desregulamentação” do trabalho pelo capital. Conforme a interpretação dos autores, o mercado financeiro permitiu, sobretudo, a disseminação potencial de um novo regime disciplinar das subjetividades no conjunto da sociedade. E, contando com esse novo regime, a sustentação do capitalismo global, teria sido então “regulamentado” sob novas bases. A esse respeito argumentaram os autores (2016): “A concentração das instituições financeiras, agora situadas no centro dos novos dispositivos econômicos, permitiu atrair de modo sólido a poupança das famílias e as empresas, o que lhes deu ao mesmo tempo mais poder sobre todas as esferas econômicas e sociais” (p. 204).

No que tange ao perfil “conservador” do receituário político neoliberal, um outro fator, desta vez de natureza ideológica, desenvolvido desde os anos 60, teria favorecido a consolidação incontestada dessa nova ordem disciplinar. Trata-se da propaganda de cunho moralizante desferida contra o estado de bem-estar social, e favorável às regras do mercado como paradigma de “eficiência” e de um desenvolvimento “responsável”. Além de onerosas, políticas assistenciais como as de seguro-desemprego e de renda mínima foram vistas pelos adeptos do neoliberalismo, como as responsáveis por eximir os indivíduos de suas reais responsabilidades, e de favorecer a indolência para com o trabalho. Em suma: tais políticas sociais seriam as verdadeiras responsáveis por degradar aqueles alicerces morais sem os quais o próprio capitalismo não poderia mais se sustentar.

³ Conforme a acepção cunhada por M. Foucault o termo “dispositivo” (ou “aparato”) designa um conjunto de mecanismos institucionais, de natureza física e administrativa conjugados às estruturas de conhecimento destinadas a potencializar e manter o exercício do poder dentro do corpo social.

Importante sublinhar que destacados formadores de opinião no debate econômico internacional, como F. Hayek, L. von Mises, G. J. Stigler e M. Friedman ocuparam-se do tema da educação como ingrediente indispensável à luta travada no plano ideológico em favor de um “liberalismo renovado”.

Na ótica desses economistas, o remédio para as consequências no plano da moral, supostamente degradantes, e decorrentes das políticas implementadas pelo Estado de bem-estar, adviria da liberalização indiscriminada, e sem freios, do mercado em todos os âmbitos da vida social. Estratégia que pressuporia espriar a assunção de responsabilidade por parte dos atores sociais, agora reduzidos à condição de agentes econômicos, frente aos riscos inerentes à competitividade amplamente disseminada, como seu postulado básico. Daí por diante, frente à assunção “responsável” (e “competente”) diante dos riscos inerentes às tomadas de decisões, os indivíduos deveriam mostrar a si mesmos, o quanto estão em condições reais de desfrutar da própria vida mediada por uma sociedade de consumo cada vez mais opulenta.

Evidencia-se, portanto, em que medida a vida social passou a ser concebida como uma gestão perpétua de riscos permanentes em suas diversas esferas. Riscos cuja competência maior por parte dos sujeitos se estabelece mediante um conjunto de habilidades objetivamente definidas, tais como: a de realização de cálculos precisos, de adoção de estratégias de defesa para mitigar eventuais danos, e de atualização da própria expertise tecnológica – estar *up to date* – visando obter performances altamente resilientes em situações acentuadamente competitivas, embora pontualmente cooperativas naqueles casos que pressupõem a resolução de certos problemas em meio à concorrência global.

A responsabilização exclusiva dos indivíduos por suas escolhas visando o futuro que projetam para si, ainda ressoa como uma espécie de baixo contínuo subjacente às retóricas neoliberais. Somente que, no que tange à educação, a responsabilização dos indivíduos estende-se também à responsabilização das respectivas famílias. Assim, os pais deveriam escolher responsabilmente as instituições de ensino que matricularão os seus filhos, uma vez que, devido às fragilidades advindas de um sucateamento cada vez maior da educação pública gratuita, eles próprios se viram na condição de arcar com ao menos parte da formação deles. E, isso num contexto em que a busca por empregabilidade com rentabilidade se tornou sinônimo de valores tão almejados como “sucesso” e “dignidade”.

Conforme expuseram Dardot e Laval (2016), num cenário social em que o risco se generaliza, a própria educação, bem como a formação profissional, “passam a ser vistas como escudos que protegem do desemprego e aumentam a ‘empregabilidade’” (p. 213). Percebe-se, de imediato, o quão estressante e empobrecedora, sobretudo em termos ético-políticos, se torna a vida social quando esta homogeneiza-se sob os auspícios das mesmas leis regentes do mercado. E, mais do que isso. Em termos propriamente sanitários, pode-se dizer que uma nova sintomatologia, paulatinamente, tomou forma de modo a caracterizar certa feição do mal-estar contemporâneo. Dessa sintomatologia fazem parte o estresse, o medo, a ansiedade e a depressão. Sintomas que vinham sendo captados por pesquisas realizadas na área da saúde,

e que mais recentemente aparecem intensificados conforme indicam os estudos realizados durante o período pandêmico.

Mas devemos ter em conta que o que Dardot e Laval apontaram como uma “nova racionalidade”, não deixa de estar em sintonia fina com aquilo mesmo que T. W. Adorno e M. Horkheimer (1994) haviam denominado na *Dialética do esclarecimento* de “entronização do sacrifício”, ao diagnosticarem os aspectos patológicos intrínsecos à racionalidade ocidental. De nossa parte, prosseguiremos buscando deslindar um pouco mais como a racionalidade neoliberal arquitetada sob novas formas contratuais, e contando com dispositivos de controle *high tech*, tomou forma no contemporâneo de modo a favorecer um novo regime disciplinar. A novidade reside no fato desse regime ser capaz de produzir formas outras de sofrimento psíquico a serem vivenciadas como auto consentidas.

A conformação de novos dispositivos disciplinares

Dardot e Laval (2016) insistiram que a noção de “governamentabilidade” – técnica sobre as ações individuais supostamente livres –, pressupõe a disciplina como um ingrediente prático desde há muito operante nas sociedades de mercado. Na esteira de M. Foucault, os autores asseveraram que disciplina, normalização e controle se conjugam quando da estruturação política do campo de ação de outrem. Ocorre que se desde J. Bentham o poder foi visto como devendo ser exercido contando com o assentimento dos indivíduos, isto de modo a influenciá-los por antecipações imaginárias ao penetrar no cálculo individual, será essa mesma lógica que se verá aprofundada com a adoção dos novos dispositivos de autocontrole por meio dos quais se sustenta a racionalidade contemporânea.

Assentir no interior de um campo de poder simbólico e institucionalmente estruturado significa que a liberdade de escolha individual, considerada de uma perspectiva normativa, identifica-se ao dever de escolher em conformidade com uma conduta calculista maximizadora; e cujas coordenadas simbólicas apresentam-se já instituídas para assegurá-la sob a ótica do interesse próprio. Neste sentido, o regime disciplinar inerente ao neoliberalismo se caracterizaria, conforme esses autores, por três aspectos fundamentais: segurança dos contratos numa ambiência econômico-política relativamente estável; a obrigação de escolha visando a maximização dos ganhos diante de uma oferta exponencialmente ampliada com o auxílio dos meios tecnológicos; e, por fim, a introjeção do modelo de gestão empresarial, somente que, agora, enquanto uma forma própria de existência reconhecida e assentida pelos sujeitos.

Dardot e Laval (2016) sublinharam o recente aprofundamento da lógica mercadológica inerente às fases precedentes do capitalismo. Assentado sobre o regime disciplinar anterior, esse aprofundamento permitiu que o poder próprio ao capital financeiro viesse a se exercer, sem maiores entraves, sobre o conjunto dos sujeitos individuais. Isso de modo que, agora, o princípio da gestão neoliberal visou tão

somente “a ‘interiorizar’ as coerções de rentabilidade financeira na própria empresa e, ao mesmo tempo, fazer os assalariados interiorizarem as novas normas de eficiência produtiva e de desempenho individual” (Dardot e Laval, 2016, p. 226). Não há dúvidas quanto ao fato de que tanto o desemprego, concebido nas últimas décadas como variável estrutural interna ao sistema, quanto as reformas orientadas para a precarização das condições de trabalho até então existentes, em muito contribuíram para facilitar a interiorização das novas formas disciplinares.

No entanto, instrumentos outros de gestão destinados ao reforço das pressões exercidas pelo poder hierárquico das organizações, e ao correlato aumento de responsabilidade por parte dos funcionários, já haviam conduzido à individualização de objetivos e dos respectivos sistemas de recompensas. Agora são aqueles mesmos instrumentos que cedem aos novos sistemas de metas e bonificações enquanto dispositivo capaz de articular “gestão”, “responsabilidade” e “recompensas”. Sua interiorização ocorreu ao se permitir que cada sujeito passasse a definir o seu próprio regime de metas, em total sintonia com as novas formas de controle e avaliação de resultados auferidos, de modo instantâneo e preciso, por meio de *softwares*. Daí por diante, expressões com “autonomia controlada”, “coerção flexível” e “autocontrole” surgiram como os novos oxímoros que integram o léxico da gestão neoliberal contemporânea.

Importante ressaltar que a criação desses novos instrumentos de gestão a serem interiorizados pelos próprios sujeitos, não arrefeceu as antigas pressões hierárquicas; antes, as intensificou tendo em vistas as mediações algorítmico-tecnológicas de rastreabilidade, registro, controle e avaliação. A esse respeito, o elucidativo trabalho de S. Zuboff intitulado “*Big Other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação” traz uma importante contribuição. Também a simultaneidade das informações, em tempo real, e a transparência das métricas possibilitadas pelas tecnologias digitais redundaram em maior pressão, e, em casos específicos, também em maior constrangimento por parte dos envolvidos.

Outro aspecto que deve ser aqui destacado, ainda que apenas de passagem, refere-se à paulatina dissolução das fronteiras entre o mundo do trabalho e da vida privada. Dissolução iniciada no primeiro com as subcontratações, e que viria a se consumir com o estabelecimento das diversificadas formas do *home office*. Essa mesma lógica, e muitas das suas consequências, se aplica à EaD, ao *homeschooling*, e ao estabelecimento do ensino remoto emergencial durante o período pandêmico.

Se a gestão por metas, desta vez estabelecidas pelos próprios sujeitos, foi tida com mais eficiente que o modelo de gestão anterior baseada em coerções externas, ela também o foi economicamente ao permitir diversas formas de reengenharias organizacionais, as quais foram implementadas em conformidade com uma interpretação legal quanto ao valor da “liberdade”; interpretação segundo a qual as necessidades objetivas da economia deveriam se converter em objetivos de projetos de vida de sujeitos individuais.

Ao fim e ao cabo, um novo figurino racional se impôs globalmente sob a forma de uma pragmática universal, com ares de neutralidade ideológica. Este novo figurino baseia-se na retórica da eficiência

apoiada, sobretudo, nas tecnologias digitais. Dessa sorte, o neoliberalismo, concretizado enquanto uma ideologia política, confunde-se com a própria razão. Uma razão que penetra a socialização dos sujeitos levando-os a crerem que a única responsabilidade possível, e desejável, é aquela que os capacita para a contabilização monetária de todas as suas ações, por meio de indicadores comparativos precisos, em todos os âmbitos da vida social.

Logo, questões como saúde, educação, lazer, empregabilidade e aposentadoria “confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 230). Eis os aspectos cruciais de um projeto de vida, que, desde a mais tenra idade, torna-se função da educação fazer prosperar.

Esse trabalho político e ético de responsabilização está associado a numerosas formas de ‘privatização’ da conduta, já que a vida se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte (Dardot e Laval, 2016, p. 230).

Porém, mais do que acentuar a responsabilidade exclusiva dos indivíduos sobre o destino de suas vidas de um ponto de vista moral, a racionalidade vigente visa incidir sobre a economia psíquica deles na qualidade de sujeitos. Vejamos de que modo.

Revisitando a “fábrica do sujeito neoliberal”

Na esteira de uma certa leitura sociológica de J. Lacan, Dardot e Laval subscreveram a tese de que o conjunto de dispositivos constitutivos da sociedade neoliberal impactaram a subjetividade hodierna de modo a conformá-la a partir das noções de desempenho e gozo. Tal subjetividade seria correlata aos discursos que compreendem a sociedade como uma empresa constituída de “indivíduos-empresas”. Senão vejamos:

Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendraram a figura do homem-empresa ou do ‘sujeito empresarial’, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo (Dardot e Laval, 2016, p. 322).

A clivagem, tipicamente moderna, produzida pelas sociedades liberais clássicas entre o sujeito público portador de direitos universais, tomado na qualidade de cidadão, e, o sujeito econômico orientado por interesses privados, pendeu para esse último. Conforme argumentam os autores isso teria se tornado possível menos pelo “adestramento dos corpos”, e mais pela “gestão das mentes”. Quanto à clivagem mesma do sujeito liberal moderno verifica-se hoje um apagamento tendencial entre suas faces pública e privada. Isto ocorre na medida em que o discurso neoliberal foi capaz de operar uma homogeneização, sem

precedentes, das várias facetas da existência humana em torno da figura paradigmática da “empresa” decomposta em suas múltiplas retóricas.

A partir de então, um conjunto de novas técnicas entraram em cena para operar a modelagem de um sujeito de novo tipo, o qual J. P. Lebrun denominou *neosujeito* (Lebrun, 2008). Trata-se de um sujeito aliciado pela sua capacidade proativa; um sujeito menos diviso e mais integrado e compactado cuja convocação para o trabalho advém de uma autoexigência. E será nesse sentido que as atuais técnicas discursivas consubstanciadas pelo léxico neoliberal se constituirão no *socius* atuando na dimensão singular do desejo individual. “O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas” (Dardot e Laval, 2016, p. 327). Literalmente, o *neosujeito* encerraria uma curiosa síntese do hedonismo acrítico fomentado pela sociedade de consumo atual, e do ascetismo laboral decorrente do protestantismo enquanto ingrediente próprio à ética do capitalismo em seu período concorrencial.

Dessa curiosa síntese que, em termos profissionais, resulta da composição da figura do empresário bem-sucedido como aquele que goza de modo, por vezes, excessiva e estravagante das benesses da sociedade de consumo, com a figura do trabalhador tenaz e aplicado de outrora, surge, então, o “sujeito empreendedor”, ou “empresário de si mesmo”. Seu habitat são os ambientes permeados pela alta competitividade que ele mesmo ajuda a construir, e os quais lhe impinge uma impiedosa capacidade de adaptação. “Inovar” torna-se, então, o novo lema para todo sujeito que concebe a si como empresário de si mesmo. Daí que o slogan “aprender a aprender”, entoado por J. Delors no famoso relatório de 1996 para a Unesco em nome da comissão internacional sobre a educação para o século XXI, constitua uma significativa peça discursiva da tecnologia que visa promover a autogovernança neoliberal⁴.

Em termos de conformação dos novos dispositivos mediante os quais o poder é exercido, tal tecnologia inscreve-se nas atuais formas de contrato que vinculam os sujeitos-empresa às empresas propriamente ditas. E o faz abolindo as pretéritas relações salariais contabilizadas a partir do número de horas trabalhadas. Não obstante, essa mesma tecnologia também atua de modo a modelar as subjetividades individuais desde muito cedo. Devemos ter em conta que a “empresa”, tomada como paradigma supostamente racional da socialização hodierna, abarca tanto o mercado como a educação orientada para a sociedade de mercado, concebida desde então como uma *long life training*. Em termos axiológicos, essa educação se orienta para o sucesso individual, valor a ser conquistado através da mobilização das energias potencialmente criativas e do vigor do educando. Ambos os fatores devem alimentá-lo no palco social onde um combate incessante é travado em meio a uma competitividade global cada vez mais acirrada.

⁴ É importante relembrar que tal relatório demarca uma transformação na concepção republicana de educação, a qual passa a partir de então a ser entendida como um possível negócio rentável; principalmente após a Organização Mundial do Comércio (OMC) modificar a classificação da educação, até então considerada como um direito, passando a ser um serviço, podendo assim ser comercializada como uma *commoditie*.

Uma vez desprovido das garantias trabalhistas que proporcionavam aos trabalhadores de outrora uma certa segurança e estabilidade, e diante de relações salariais declinantes, todos veem-se impelidos a encontrar seus clientes potenciais, de modo a posicionarem-se no mercado por conta e risco. Devem fixar os seus preços, gerirem os seus custos, formarem-se com vistas à autopromoção, e, desse modo, gerirem seus próprios portfólios. Percebe-se então que o termo “empresa”, longe de ser uma simples metáfora, engloba um conjunto de dispositivos que envolvem as novas formas de socialização orientadas pelo mundo do trabalho tal como este se estrutura na contemporaneidade.

Vale a lembrança de que a noção de “sujeito empresarial” supõe também um outro tipo de relação com o tempo. Adorno já havia notado na década de 60 do século passado que o sujeito semiformado gabava-se de sua agenda lotada, e que sua memória não era das melhores tendo em vista os automatismos exigidos por sua atividade laboral: “Não é por acaso que o semiculto faz alarde de sua má memória, orgulhoso de suas múltiplas ocupações e da consequente sobrecarga” (Adorno, 2010, p. 32). No entanto, cabe-nos reforçar, uma vez mais, que a relação do sujeito com o tempo sob o neoliberalismo, não mais se determina por projetos concebidos para serem executados ao longo de uma vida. Em termos educacionais supõe-se que o sujeito se torne um empreendedor de si mesmo tão logo se interrogue, de um ponto de vista existencial, sobre o que pretende fazer. Dessa sorte, a educação formal deverá provê-lo de uma gama de possibilidades ao mesmo tempo que lhe ensina a lição capital: a de que cabe somente a cada um responsabilizar-se por suas escolhas estratégicas em meio a uma sociedade de mercado, altamente dinâmica, e cada vez mais competitiva.

É nesses termos que as novas retóricas educacionais vêm conformar o sujeito à ordem econômica, que, necessariamente, o ultrapassa. Contudo, Dardot e Laval (2016) anteviram algo de “perverso” em termos da constituição das subjetividades hodiernas. Isso uma vez que os dispositivos que as conformam implicam questões de ordem moral, e psicológica, a um só tempo. A esse respeito ambos teceram o seguinte comentário a partir do psicólogo estadunidense Will Schutz: “(...) quando não se pode mudar o mundo, resta inventar a si mesmo.” (...) “Tudo é questão de interpretação e reação do sujeito.” (...) “O estresse não resulta dos estressores, mas da maneira que interpreto e reajo a suas injunções” (Schutz, 2006, p. 67 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 344).

Noutras palavras: o horizonte da racionalidade própria ao neoliberalismo estreita-se ao ponto de o sujeito admitir que a única transformação possível é a transformação auto comandada de si. Porém essa transformação cobra um alto preço em termos sanitários. Algo que, nos termos de Adorno e Horkheimer (1985), nos indicaria o momento presente da entronização do sacrifício humano como resultante última de uma totalização racional sistêmica, e cujo processo tende ao fechamento. Em termos políticos esse processo supostamente racional apontaria para as formas totalitárias de exercício do poder.

Nesse caso, a perversão antevista por Dardot e Laval corresponderia ao que C. Melman identificou como uma “nova economia psíquica” do sujeito contemporâneo. Uma vez tornado o mestre absoluto responsável por todas as suas escolhas em todos os âmbitos de sua vida, o próprio sujeito terminaria por identificar-se com a lei que o organiza simbolicamente. Isto se torna possível via as retóricas propagandísticas postas em circulação como ingredientes constitutivos das tecnologias de autogestão neoliberal. Não há dúvidas de que uma tal identificação por parte do sujeito conduz a um maior sofrimento dado que essa lei impõe o gozar, mas abstém-se de indicar as formas de obtenção desse gozo.

Uma nova tecnologia do eu vem tomando forma, a partir de então, sob o ditame segundo o qual obedecer ao desejo é colocar-se em risco permanentemente. Isso ao ponto de o sujeito naturalizar por completo o estado perpétuo de incerteza em sua vida. Daí o protagonismo em primeira mão exercido pelos esportes radicais – ambiência de competição e de exposição ao risco por excelência – junto às massas.

Se o esporte fornece o modelo ideal do “estilo” empreendedor de si como aquele que não hesita em fechar contratos com o patrocinador mais rentável, a despeito de quaisquer considerações de ordem moral, é também da prática esportiva que provém a principal característica do dispositivo mediante o qual o sujeito neoliberal vem se constituir: o desempenho vivido como gozo de autossuperação. Lógica responsável por conduzi-lo a um gozo excessivo como ideal de vida. Porém, um ideal que compromete decisivamente a sua própria saúde. Em termos de sofrimento psíquico tratar-se-ia da busca por realizar um gozo impossível.

Juntando os fios: sofrimento psíquico e educação em tempos pandêmicos

O sucesso de fabricação do “sujeito neoliberal” que Dardot e Laval (2016) expuseram como sendo o produto mais bem acabado da racionalidade hegemônica, tornou-se possível mediante a constituição de um conjunto sofisticado de novos dispositivos disciplinares. Por meio deles foi possível operar a identificação psicológica entre os objetivos de uma empresa e os próprios. A partir de então, o imperativo de reprodução de capital sob a forma de uma produtividade crescente, converteu-se numa exigência existencial a ser interiorizada pelos sujeitos mediante o dispositivo desempenho/gozo.

Ocorre que deixar-se guiar pela lógica de um *mais gozar*, flertando, a cada passo, com um gozo excessivo em busca da autossuperação ininterrupta, terminaria por conduzir o sujeito a um maior sofrimento, e, no limite, à morte. Mas, enquanto a morte não advém, sintomas como o estresse, a ansiedade, a depressão, a angústia e o próprio medo pululam entre as massas normalizando-se no *ethos* social consonante a uma educação cada vez mais ideologicamente edulcorada e voltada às exigências do mercado. É nesses termos que a nova sintomatologia presente na sociedade hodierna, pandêmica, pré pandêmica, e, certamente, pós pandêmica deve ser compreendida. Conforme argumentam os autores, ainda que em termos um tanto genéricos, a esse respeito:

Tal sujeito encontra a sua verdade no veredicto do sucesso (...). O desempenho é, (...), a verdade tal como o poder gerencial a define. Esse dispositivo de conjunto produz efeitos patológicos aos quais ninguém escapa completamente. Através de abundante literatura clínica contemporânea podemos distinguir alguns sintomas. Eles têm um ponto em comum: podem se referir ao definhamento dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas nos quais os sujeitos encontravam seu lugar e sua identidade (Dardot e Laval, 2016, p. 361).

Trata-se aqui, em última análise, da conversão tendencial de todas as instituições sociais em empresas, e dos modos de subjetivação desse paradigma por parte do sujeito. A transformação das instituições em empresas acarreta certa indefinição de papéis, outrora relativamente estáveis, e, conseqüentemente, das normas e regras que consubstanciam os *scripts* que regem as posições sociais em que os sujeitos se encontram a cada instante. Tal como um verdadeiro céu aberto, a sociedade, vista agora como um mundo ilimitado, descortina-se perante os olhos de um sujeito flutuante. A contrapartida a este estado de coisas será o seu apego às referências, puramente imaginárias, veiculadas pelo setor publicitário: as efêmeras e sedutoras propagandas que embalam os modelos de sucesso via consumo.

De outra parte, a obstrução de qualquer manifestação espontânea por parte dos sujeitos inteiramente socializados em meio a instrumentalização dos afetos via estratégias econômicas, termina por corroer as próprias relações interpessoais de modo a perverter, em larga medida, as múltiplas possibilidades de constituição dos laços sociais. Daí que qualquer “falha” no culto ao desempenho, constituído por uma série de manipulações levadas à cabo por esses sujeitos ávidos de gozo, reverta-se em depressão. Se a ansiedade pode ser vista, ao menos nesse contexto, como a necessidade incessante de o sujeito atravessar quaisquer relações de objeto em busca de gozo, a depressão, por sua vez, adviria como sua contraface: como incapacidade do sujeito de estabelecer quaisquer relações de objeto minimamente consistentes.

No entanto, ainda na perspectiva do culto ao desempenho, a depressão pode advir também associada ao estresse como uma espécie de cansaço de si. Nesse caso, a falha decorreria da obrigação compulsória de se manter *up-to-date*, da assunção permanente de riscos, enfim, de uma autoexigência de uma valorização de si tendente ao infinito como capital humano. De qualquer modo, a depressão comparece desta vez como o índice de uma espécie de curto-circuito de um sujeito supersaturado de si.

Uma parafernália de novos rótulos diagnósticos em estreita associação aos nichos do mercado farmacológico, de terapêuticas *self-help*, e de suplementos variados vêm ao encontro desses novos sintomas. Aqui, a construção do dispositivo pressupõe o estabelecimento de uma linguagem comum de caráter estritamente comportamental e bioquímico. Toda patologia deve ser decomposta e descrita sob a forma de um “transtorno” aos moldes do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-

5)⁵. A partir dessa nova linguagem, formas inauditas de adicção, dentre as quais o próprio consumo de imagens, e também os novos *dopings*, entram em cena.

Não há dúvida de que os novos dispositivos se constituem a partir de um conjunto de discursos destinado a orientar as práticas tramadas no tecido social. Família, escola, mídias e trabalho encontram-se atravessadas pelos fios de uma linguagem entretecida conforme a lógica econômica própria ao capitalismo atual. Desse modo, também as atuais práticas que se pretendem educativas exercidas tanto no plano formal, quanto informalmente, contam já com a subsunção das mediações institucionais à rede simbólica que as conformam.

Ao que tudo indica, quando as manipulações em benefício do gozo próprio adquiriram os contornos dos novos preceitos morais, em fina sintonia com a finalidade última do mercado enquanto instância socializadora proeminente, então, aquela economia neurótica própria ao sujeito social “médio” de outrora cedeu à perversão agora propagada como norma social. Dessa sorte:

O fato de que tudo é transformado em negócio ou a propensão à apologia constante da transgressão como nova norma seriam alguns dos indícios dessa nova equivalência geral. Charles Melman mostrou que o questionamento de todas as representações que impediam o trabalho da perversão manipuladora direta tem interesses comuns com uma expansão econômica que, ‘para se alimentar, precisa ver rompidos a timidez, o pudor, as barreiras morais, as proibições. É isso a fim de criar populações de consumidores ávidos de gozo perfeito, sem limites e viciante’ (Dardot e Laval, 2016, p. 370).

As relações de manipulação parecem abarcar hoje tanto as relações dos sujeitos com outros sujeitos, como as relações de cada um consigo. E o fazem no intuito de gozar da mesma lei que os organiza na qualidade de seres simbólicos que são. A isso Melman (2003) fez alusão como sendo “o futuro dos usados”. Relações interpessoais manipuláveis *ad extremis*, e que são descartadas tão logo não atendam mais as expectativas de gozo por parte dos sujeitos.

Vale destacar apenas que o grau de reificação alcançado pela racionalidade vigente se vale, por parte do sujeito, do mecanismo de denegação quanto aos limites impostos pela lei; a mesma lei que lhe impele ao gozo. A sua razão de estar no mundo, de conviver em sociedade e dela usufruir, gozar, funda-se, a um só tempo, na consciência da existência de limites, e no desejo permanente de transgredi-los. Daí que a denegação encerre uma forma ambígua do sujeito posicionar-se perante a lei, a mesma lei que lhe impõe a falta em nível do simbólico. Uma falta a ser preenchida imaginariamente nos termos de uma economia perversa. Daí a constituição fetichista de objetos quaisquer ao sabor do mercado, e daí as diversas formas de adicção em voga.

É por essa via que a “entronização do sacrifício” vem se inscrever na ordem do dia para multidões de sujeitos desejantes. É também desse modo que “um gozo de si na ordem do imaginário e denegação do

⁵ A esse respeito ver E. Roudinesco (2022): *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*.

limite aparecem como lei da ultrassubjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 372) posta em marcha no contemporâneo.

Se o período mais crítico da pandemia da Covid-19, particularmente durante o biênio 2020 – 2021, figura aqui como um marco temporal a partir do qual sintomas⁶ como ansiedade, depressão, estresse, e medo se tornaram, senão mais explícitos, ao menos mais intensos em decorrência das medidas protetivas de confinamento conjugado à intensificação do uso de aparelhos eletrônicos, isto se deve ao fato de que, dentre as práticas sociais cotidianas, o ensino remoto emergencial despontou como *locus* de intersecção entre ambos os fatores. Razão pela qual as características pregnantes da racionalidade neoliberal hodierna, conforme a abordagem de Dardot e Laval, viria consubstanciar uma das teses sustentadas a mais de meio século por T. W. Adorno e M. Horkheimer, segundo a qual o desenvolvimento histórico da civilização cobra, inexoravelmente, o preço da entronização do sacrifício humano. Tal qual uma mônada, as práticas educacionais tomadas em conjunto durante o período pandêmico refletem, desde o seu interior, miríades de tempos pretéritos, do indelével presente que nos acomete, e de um futuro que se avizinha.

⁶ As diversas pesquisas (Kohls; Baldofski; Moeller; Klemm; Rummel-Kluge, 2021; Bird; Lim; Cornish, 2023; Rutkowska; Cies’lik; Tomaszczyk; Szczepan’ska, 2022) que apontam, em termos gerais, que a experiência da pandemia e das adaptações ao isolamento social e ao ensino remoto emergencial foi majoritariamente demarcada por sintomas como a prevalência de ideação suicida; depressão; desordens obsessivo-compulsivas; desordens alimentares e o medo e a dificuldade de socialização online; dentre outros, reforçam o argumento de que o ensino remoto emergencial ocasionou uma intensificação nos sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre jovens universitários, comparando-se com o ensino presencial. No entanto, é importante ressaltar que tais pesquisas não realizam o movimento crítico analítico que situa a sintomatologia em questão no seio da ordem neoliberal.

Referencias

- ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* [recurso eletrônico]: DSM-5 / American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al. American Psychiatric Association. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BIRD LJ, MCCABE M, LIM YY and CORNISH, K. (2023) *Prevalence and correlates of subjective cognitive concerns in Australian university students during the COVID-19 pandemic*. Front. Psychol. 13:1094497.
- CARVALHO, C. J. de; SILVEIRA, M. de F. de A. (About) *experiences, mental health and coping the pandemic of university students in socio-economic vulnerability*. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e288101421955, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21955>, acesso em 15/01/2023.
- DARDOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELORS, J. (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo, Cortez/ Brasília, MEC, 2006.
- DOGAN-SANDER E, KOHLS E, BALDOFSKI S AND RUMMEL-KLUGE C (2021) *More Depressive Symptoms, Alcohol and Drug Consumption: Increase in Mental Health Symptoms Among University Students After One Year of the COVID-19 Pandemic*. Front. Psychiatry 12:790974. DOI: 10.3389/fpsyt.2021.790974.
- FOUCAULT, M. "The Confession of the Flesh" (1977) interview. In: *Power/Knowledge Selected Interviews and Other Writings* (Ed. Colin Gordon), 1980: pp. 194 - 228.
- FREITAS, F. *Saúde mental em tempos de isolamento social por COVID-19*. In: Revista Saúde e Desenvolvimento Humano. Canoas, v. 9, nº 2, 2021. Disponível em: http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento, Acesso: 21/01/2023.
- FREUD, S. "Fetichismo". In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Tomo III. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1981.
- FREUD, S. "Escision del "yo" en lo proceso de defensa". In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Tomo III. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1981.
- JÚNIOR, L.A.S.; HENDERSON, G.F. *Testemunhos durante a pandemia: reflexões psicanalíticas sobre trauma, Estado, economia e morte*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.30, n.3, e200435, 2021.
- KOHL S, BALDOFSKI S, MOELLER R, KLEMM S-L AND RUMMEL-KLUGE C. (2021) *Mental Health, Social and Emotional Well-Being, and Perceived Burdens of University Students During COVID-19 Pandemic Lockdown in Germany*. Front. Psychiatry 12:643957. Department of Psychiatry and Psychotherapy, Medical Faculty, Leipzig University, Leipzig, Germany.
- LACAN, J. *Mais, ainda – Seminário livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.
- LEBRUN, J. P. *Um mundo sem limites: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- MELMAN, C. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- PÁDUA LIMA, H., OLIVEIRA DE ARRUDA, G., GONÇALVES PINHEIRO DOS SANTOS, E., GERALDO ROZZA LOPES, S., DE OLIVEIRA MAISATTO, R., & SOARES DE SOUZA, V. (2022). *A vivência do medo por estudantes universitários durante a pandemia de covid-19* /The experience of fear by university students during the covid-19 pandemic. *Ciência, Cuidado E Saúde*, 21. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v21i0.58691>, acesso em 21/01/2023

PESSOA, J. dos S. et al. *Impact of remote education on the mental health of university students during the pandemic of Covid-19*. In: Research, Society and Development. V. 10, nº 14, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22197>, Acesso em 21/01/2023.

RODRIGUES, B. B. et al. *Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação*. In: Revista Brasileira de Educação Médica. 44 (Suppl 01), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kN9b4V5MJQtvvgzTNBWszS/?lang=pt>, Acesso em 21/01/2023.

RUTKOWSKA A, CIESLIK B, TOMASZCZYK A and SZCZEPANSKA-GIERACHA J (2022) *Mental Health Conditions Among E-Learning Students During the COVID-19 Pandemic*. Front. Public Health 10:871934. Disponível em: doi: 10.3389/fpubh.2022.871934, acesso em 22/01/2023

SAFATLE, V. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

TROITINHO, Maria C. R. et al. *Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da COVID-19*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.19, 2021, e00331162. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331 Base de dados: Scielo

ZUBOFF, S. *Big Other*. Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. CARDOSO, B. et al (orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância*. São Paulo: Boitempo, 2018.